

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****URFBio Mata - Supervisão**

Decisão IEF/URFBIO MATA - SUPERVISÃO nº. 2100.01.0033239/2020-06/2021

Ubá, 03 de agosto de 2021.

ATO DE ARQUIVAMENTO

Indexado ao Processo: 2100.01.0033239/2020-06

Requerente: I.G. Construtora EIRELI

CPF/CNPJ: 24.244.614/0001-87

Imóvel da intervenção: A9

Município: Juiz de Fora

Objeto: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo

Bioma: Mata Atlântica

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Mata do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020:

Considerando o disposto no art. 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002, que preconiza: "*A Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*";

Considerando o disposto no art. 33 do Decreto 47.383/2018, que diz: "*O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:*

I – a requerimento do empreendedor;

II – quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18;

III – quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;

IV – quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26."

HOMOLOGA a sugestão pelo ARQUIVAMENTO feita pelo técnico, tendo em vista o (MOTIVAÇÃO PARA O ARQUIVAMENTO: ex. não cumprimento de informações complementares pelo empreendedor/requerente, perda de objeto).

Publique-se, oficie-se e archive-se.



Documento assinado eletronicamente por **Laio Verbeno Sathler, Supervisor(a)**, em 03/08/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=38487057&infra...)



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **33216814** e o código CRC **17D9F4B8**.

Referência: Processo nº 2100.01.0033239/2020-06

SEI nº 33216814